



**CONSTANTINE IX**  
**ROYO Y IMPERAD**

**A.S. 280**

**ABRIL, 2021**

\*\*\*\*\*

**No.5 de 2021**

**Um Ato relacionada ao Comércio e Negócios do Império**

*Aprovado no 4 de Abril, 2021*

SARHOLM, 2021



**SEJA PROMULGADA**, pelo Gabinete do Primeiro-Ministro do Novo Império Saroviano e Suas Colônias e Domínios, com o conselho e consentimento do Parlamento Imperial do mesmo, como segue:

Os tipos de contratos

1. Um contrato, em termos legais, é um acordo, apoiado por provas e provas, que é juridicamente vinculativo. Os contratos são usados principalmente durante transações comerciais ou conversas, permitindo que ambas as partes cheguem a um acordo que seja garantido a ser mantido. Os contratos podem sempre ser recusados ou modificados antes de serem oficialmente assinados, porém, se alguém quiser modificá-los após a assinatura, terá que levá-los ao tribunal, mesmo que o acordo seja mútuo.

O primeiro tipo de contrato é um contrato unilateral. Este tipo de contrato é definido, em termos mais fáceis, como algo que é assinado no qual o ofertante garante o pagamento após a realização de um ato especificado. Por exemplo, na maioria dos casos de GFX, um contrato unilateral será quase sempre o caso. Alguém oferece um trabalho para fazer uma forma de GFX a alguém, e promete pagar uma vez que o mesmo seja concluído. Entretanto, se ambas as partes concordarem com isso, certas circunstâncias podem anular a exigência de pagamento, como por exemplo, um produto insatisfatório. Isto deve ser determinado antes que o contrato seja confirmado por ambas as partes, seja através de acordo verbal ou escrito.

O segundo tipo de contrato é um contrato bilateral. Este tipo de contrato serve de forma semelhante a um contrato unilateral, porém, ambas as partes concordam em realizar uma determinada tarefa, em vez de apenas uma. As mesmas leis de contratos unilaterais se aplicam aqui. Detalhes importantes, tais como razões para anular o contrato, devem ser determinados antes que um acordo oficial tenha sido feito.

O terceiro tipo de contrato é chamado de contrato implícito. Este tipo de contrato tende a ser comumente disputado, pois trata-se de provar algo que pode não estar necessariamente por escrito. Este tipo de contrato surge com base em ações e comportamentos que implicam em um acordo mútuo. A prova disto muitas vezes se baseia na preponderância das provas, mas também pode ser um ônus de prova se o contrato for de alto calibre. (Contratos de alto calibre incluem, mas não se limitam a, mais de 2000 Saros estão envolvidos, um grande pedido não foi atendido, ou um crime maior também foi envolvido).

#### Assinatura de contratos

2. Os contratos são legalmente obrigatórios e só podem ser anulados se ambas as partes concordarem em juízo (após a assinatura.) Nenhum contrato pode ser editado ou emendado após a assinatura, a menos que ambas as partes concordem mutuamente. Nenhum indivíduo deve ser forçado a assinar um contrato que não tenha sido autorizado a ver. Nenhuma assinatura pode ser forjada em qualquer contrato. Os indivíduos podem ser autorizados a assinar em nome de alguém, mas somente com prova de seu consentimento. (Se isso não for feito, o contrato será anulado e a punição será anulada). Todas as informações de um contrato devem ser apresentadas no momento da assinatura. Contratos escritos, ou screenshots de aceitação de um contrato são provas viáveis em um tribunal.

#### Conteúdo dos contratos

3. Os contratos devem conter informações claras e concisas, e mencionar todos os detalhes importantes do referido contrato. Nenhum contrato pode envolver indivíduos que não tenham conhecimento de seu envolvimento, somente sob certas circunstâncias isso pode ser permitido (Sob jurisdição judicial). Nenhum contrato deve conter uma proposta que viole a Lei Saroviana, ou a Constituição Saroviana. O conteúdo e os requisitos do contrato devem ser seguidos, o não cumprimento pode resultar em ramificações. O conteúdo de um contrato só poderá ser alterado se mutuamente acordado, ou se considerado injusto pelo tribunal. Contratos contendo mais de uma ação específica devem ser claramente rotulados, caso contrário o contrato deve ser anulado. Nenhum contrato pode ser criado para anular um contrato, somente o tribunal contém poder de anulação/anulação. Os contratos não podem envolver nações estrangeiras, a menos que autorizado pelo governo e pelo tribunal. Os contratos bilaterais devem ser claramente etiquetados, para que ambas as partes saibam quais são suas responsabilidades. Os pagamentos necessários devem ser definidos com ousadia e junto com o momento do pagamento. Os contratos implícitos estão sob jurisdição do tribunal, e o juiz deverá redigir um contrato com base nas provas apresentadas.

#### Contractual Privacy

4. Os contratos podem ser autorizados a permanecer privados, a menos que sejam feitos por uma empresa pública, ou se for ordenado que sejam descobertos pelo tribunal. Qualquer contrato tornado público, sem consentimento mútuo das partes, pode permanecer em vigor, mas a parte responsável estará sob a jurisdição do tribunal para reparações. Os contratos privados não estão isentos da descoberta em juízo. Contratos privados que suscitam preocupação a uma parte podem ser apresentados ao Ministro da Justiça, ou a um juiz do tribunal. A privacidade contratual deve ser completamente anulada se o contrato violar a Lei Saroviana ou a Constituição.

#### Empréstimos

5. Os empréstimos são uma boa maneira em muitos aspectos, para ganhar dinheiro para compras de coisas que você não tem dinheiro para obter no momento. Entretanto, os

empréstimos não são tão simples como esta ideia de que um indivíduo precisa de dinheiro, então um negócio ou uma empresa simplesmente o dá a eles. Um Comprovante de Empréstimo ou um Contrato de Empréstimo deve ser assinado, com os termos claramente indicados no contrato. As garantias, ou o que a empresa de empréstimo estaria recebendo caso o cliente não estivesse disposto a pagar, devem ser claramente rotuladas no contrato ou acordo. O governo fará cumprir as garantias, mas não devolverá os fundos. As empresas de empréstimo podem potencialmente ganhar uma grande quantia de dinheiro, mas também assumir um alto risco. As empresas de empréstimo precisam garantir que os clientes potenciais sejam confiáveis e, em sua maioria, não são regulamentadas pelo governo. As garantias são uma parte vital de um empréstimo e serão aplicadas pelo governo. O que é essa garantia pode ser determinado pela empresa de empréstimo, mas em termos de dinheiro, é o seu próprio valor. O governo não será responsável, nem será permitido devolver dinheiro às empresas de empréstimo caso elas se recusem a pagar, mas a garantia (que deve ser rotulada claramente no contrato ou acordo de empréstimo) será executada pelo governo. As coisas que poderiam ser contadas como garantia são geralmente pagamentos que devem ser feitos ao beneficiário, em vez disso, serão feitos à empresa de empréstimo, até que esse empréstimo tenha sido coberto (juros incluídos). Como foi dito, ao contrair um empréstimo, a garantia deve ser claramente definida para que o recebedor entenda o que resultaria na recusa de pagar o empréstimo. Se isso não estiver claro no momento da assinatura do contrato, o beneficiário será autorizado a manter o dinheiro que obteve, e a garantia será retirada do contrato.

#### Leis de Empréstimos

6. Os empréstimos devem ser descritos em detalhes por montante, juros do empréstimo e garantias caso o empréstimo não seja pago. Uma vez que um contrato de empréstimo é celebrado e o dinheiro é dado ao beneficiário, a garantia é a única reparação por não pagar o empréstimo. O dinheiro do empréstimo deve ser utilizado para e somente pelo motivo de ter sido solicitado, caso contrário, a garantia deve ser executada. Os juros listados no contrato ou acordo de empréstimo podem ser fixados em qualquer valor, mas devem ser esclarecidos ao recebedor. As taxas de juros e o valor do pagamento não podem ser alterados de forma alguma após a assinatura do empréstimo. Os empréstimos não podem exceder a quantia de dinheiro possuída pela empresa emprestadora. Os contratos de empréstimo devem estar sempre disponíveis para o tribunal, pois são suscetíveis de serem disputados. As garantias não podem consistir em nada que possa ser avaliado acima do pagamento final esperado (empréstimo + juros). A garantia deve ser executada pelo governo, a menos que seja considerada injusta pelo tribunal. Sob nenhuma circunstância o governo será responsável pelo reembolso de um empréstimo falhado, a menos que sob jurisdição especial do tribunal.

#### Tipos de Fraude

7. A fraude se aplica aos atos de desvio de fundos, roubo de identidade e pedidos falsos, ou falsificação da própria assinatura para obter ganhos financeiros. Ficará sob a jurisdição do tribunal distribuir ou reter a punição por esses crimes conforme o juiz julgar conveniente. O

desfalque é essencialmente a retirada de dinheiro de uma empresa ou negócio e a sua colocação em lucro pessoal. Por exemplo, em vez de distribuir o dinheiro para as pessoas apropriadas da empresa, você retém parte desse lucro para si mesmo, apesar de não ter nenhuma parte na transação. Isto inclui a recusa de pagar royalties a um mestre da empresa, ou ocultar uma determinada transação da empresa. A empresa pode optar por apresentar um caso contra a pessoa, ou ela pode optar por não apresentar queixa. O roubo de identidade envolveria alguém retratando ser alguém que não é, e um falso pedido seria essencialmente pedir uma ação financeira específica em nome de alguém, sem o consentimento dessa pessoa em particular. Geralmente, isto seria motivo de forte punição contra o perpetrador de tais ações, conforme determinado pelo tribunal. Isto também incluiria a falsificação de assinatura.

#### Leis de Fraude

8. O desfalque envolve a obtenção de lucros da empresa que não são de propriedade do beneficiário. O desfalque deve ser relatado no momento de sua descoberta. Alegar falsamente um desvio de fundos contra um indivíduo é considerado um crime, e ficará sob a jurisdição do tribunal. O desfalque só pode ser punido se a ação for tomada pela vítima. O desfalque contra a Coroa será considerado traição. A prova de perda em termos de lucro é necessária para ouvir um caso de desfalque. Os casos de desfalque podem ser resolvidos fora do tribunal, mas devem ser relatados ao tribunal posteriormente.

Nenhum Saroviano pode se retratar para ser outra pessoa para obter ganhos financeiros. Pedir falsamente uma ação financeira ou comercial em nome de outra pessoa será punido sob a jurisdição do tribunal. Fazer-se passar ou forjar a assinatura de um membro da Casa de Vasa será considerado traição contra o império. Somente sob certas decisões poderá ser retirado dinheiro da tesouraria e dado às vítimas deste tipo de crimes. O roubo de identidade também pode ser resolvido fora do tribunal, ou pode ser removido caso a vítima decida não apresentar queixa.

#### Ações Judiciais

9. Uma ação judicial será sempre em relação à compensação por algo que pareceu injusto ou injusto. Embora em alguns casos possa não ser, uma ação judicial será quase sempre uma compensação sob a forma de benefício financeiro. Uma ação judicial pode surgir por vários motivos, coisas como um empregador despedir alguém de forma discriminatória, alguém caluniar outro, etc. Em muitos casos, o objetivo de apresentar uma ação judicial é realisticamente mais com base no benefício pessoal do que no dano ao indivíduo adversário. Esta adição de ações judiciais é também para ajudar a manter os números, e para ajudar a resolver disputas entre indivíduos em vez de permitir que elas continuem, e eventualmente resultar na remoção completa do império.

No que diz respeito à apresentação de uma ação judicial, deve-se reunir provas para ajudar sua causa, apresentar um pedido razoável de indenização e, em seguida, apresentar seu caso ao tribunal. O juiz que o apresenta decidirá então se o caso deve ser ouvido, ou se não está de pé e deve ser imediatamente arquivado. O arquivamento de um caso pode ocorrer por várias razões, mais comumente porque o pedido de indenização é muito grande ou irrazoável. Uma vez apresentada a ação judicial, incluindo provas e pedido de indenização, e o tribunal a aprovar, as duas partes contrárias se reunirão então em juízo. Geralmente, estes tipos de casos levam muito pouco tempo devido à falta de necessidade de depoimento de testemunhas e tal. O juiz decidirá se a indenização deve ser paga, e o tribunal é suspenso.